



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0585/16	DATA: 08/06/2016	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 15h58min	PÁGINAS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HILÁRIO GOTTSELIG - Diretor de Políticas da Agricultura Familiar e da Pesca, da Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombolas, CPI - FUNAI e INCRA.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da ata da reunião anterior.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Solicito dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à tomada de depoimento do Sr. Hilário Gottselig, Diretor de Políticas da Agricultura Familiar e da Pesca, da Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina, convidado pela aprovação do Requerimento nº 229, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência informa que o Sr. Hilário Gottselig foi convidado para prestar informações sobre o objeto de investigações desta CPI. Observa a Presidência que tal condição não lhe retira o dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

Peço a atenção dos Srs. e Sras. Parlamentares para o estabelecido no Regimento Interno desta Casa. O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A lista de inscrição encontra-se sobre a Mesa e será encerrada no início do depoimento. Durante a tomada de depoimento poderá usar da palavra o Relator, por 30 minutos; o autor do requerimento, por 5 minutos; os membros da Comissão e



demais Parlamentares, por 3 minutos. As perguntas ao depoente deverão ser formuladas no espaço de tempo concedido, podendo o Parlamentar usar novamente da palavra, pelo mesmo prazo, para obter esclarecimentos, quando não considere satisfatórias as respostas do depoente sobre as perguntas formuladas no tempo inicial. Os Líderes falarão pelo tempo regimental para fazer comunicações destinadas ao debate.

Convido o Sr. Hilário Gottselig a fazer parte da Mesa.

Seja bem-vindo! Por favor, fique à vontade. *(Pausa.)*

Já está à mesa o depoente.

Sr. Hilário Gottselig, informo que, pela aprovação do requerimento em Plenário desta CPI, V.Sa. foi convidado a prestar depoimento perante a Comissão. Em se tratando de inquérito parlamentar, registro seu dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado. Nesse sentido, indago a V.Sa. se aceitaria prestar o compromisso oficial de dizer a verdade.

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, então é só fazer a leitura do compromisso.

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está com V.Sa., por 20 minutos, prorrogáveis a critério desta Comissão.

Por favor, a palavra é sua.

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Inicialmente, cumprimento o Presidente desta Mesa, o Deputado Alceu Moreira; o Deputado Valdir Colatto; e todos os demais Deputados e Deputadas presentes. Quero cumprimentar também, não poderia deixar aqui, o grande amigo Urbano. Nós fomos colegas históricos na direção da CONTAG. Hoje é Secretário, é quase da SRA, e também coordena o Crédito Fundiário em nível de Brasil, da Secretaria de Reordenamento Agrário. Bom, eu vou fazer alguma apresentação e coloquei em três, quatro momentos diferentes, destacando-os. O primeiro deles é um pouco do resultado do Crédito Fundiário no Estado de Santa Catarina e as providências tomadas em relação ao Crédito Fundiário no Estado de Santa Catarina, resultados e tudo o mais. No segundo



momento, aproveitando a oportunidade, em nível do relatório do Tribunal de Contas da União, em relação à questão das irregularidades na área da reforma agrária, eu trarei algumas sugestões, inclusive trazendo como experiência o Crédito Fundiário. Em um terceiro momento, eu entendo, porque é bastante interessante também, na questão agrária e na reforma agrária, trazer a regularização fundiária, como também uma ação complementar nessa área da reforma agrária. E, por fim, nesses 20 minutos, eu gostaria de passar um vídeo bem rápido — nós teríamos vários — do que é um agricultor assentado e financiado pelo Crédito Fundiário no Estado de Santa Catarina. É um vídeo de 4 minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só quero lhe informar que, conforme aconteceu com os outros depoentes, o senhor não precisa se prender tanto ao tempo, porque nós o prorrogaremos a tal ponto que fique clara a sua exposição.

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Mas dá para fazer tranquilo em 20, 22 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Melhor assim!

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Bom, iniciando, vamos à apresentação. *(Pausa.)* Ah, esse é o vídeo. Nós vamos começar a apresentação. Essa é para o final.

(Segue-se exibição de imagens.)

A base toda da informação: nós, no Estado, coordenamos o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor quer fazer a apresentação de pé, olhando para lá?

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Eu acho que fica melhor. Coordenamos o Programa Nacional de Crédito Fundiário e também o Programa Estadual do Fundo de Terras. Os dois atuam no Estado de Santa Catarina como complementação. No entanto, o Crédito Fundiário, em nível nacional, tem uma origem no Crédito Fundiário de Santa Catarina. Foi criado em 1983 o Fundo Estadual de Terras. Na época, ele tinha um foco mais com os 4S, os jovens. E, de lá, houve toda uma sequência, da qual foi criado o Banco da Terra, na época, o Cédula da Terra e, depois, o Crédito Fundiário em nível nacional. Aí, nos deparamos com o número de



assentados do Crédito Fundiário no Estado, que era bastante grande, e não tínhamos um resultado concreto que pudesse medi-lo: está funcionando bem; está bem ou não está; tem problemas ou não tem; onde estão os problemas e quais os resultados. No final do ano passado, realizamos uma pesquisa, que traz a avaliação e os resultados do programa no Estado de Santa Catarina. Essa pesquisa foi feita pelo Instituto CEPA no Estado e EPAGRI também, com os dados existentes na Unidade Técnica, que é a UTE de Santa Catarina, que está subordinada, inclusive coordenada pela Secretaria de Agricultura do Estado, mas também relacionada e coordenada, em convênio e parceria, com, na época, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Reordenamento Agrário. Nós vamos focar um pouco nesses... não são bem eixos, são tópicos. Primeiro, como é que o público está identificado, do Crédito Fundiário no Estado de Santa Catarina. Segundo, um pouco a análise e a estruturação do ponto de vista produtivo, econômico e de resultado dos beneficiários do Crédito Fundiário. Terceiro, também conhecer um pouco as dificuldades e vantagens. Entender a opinião e as expectativas do público também. E, por fim, uma análise, avaliar os efeitos econômicos, sociais e ambientais do programa. Então, em Santa Catarina, para entender e começarmos, nós assentamos 14.546 famílias com o financiamento do Crédito Fundiário do Estado, que contempla 2.761 do Fundo Estadual de Terras; 4.607 do antigo Banco da Terra; e 7.178 agora do Crédito Fundiário. Até 2003, estava aqui o Banco da Terra e, de 2004 para cá, o Crédito Fundiário. Adquirimos já 178 mil hectares de terra no Estado, através de financiamento do Crédito Fundiário — é significativo no Estado de Santa Catarina —, com uma média diária por cada assentado de 12,28 hectares. Então tem um impacto já de famílias, de pessoas envolvidas e de áreas também adquiridas, na sua quase totalidade, de pequenas propriedades do Estado de Santa Catarina. Aqui, a distribuição. Dá para perceber que a distribuição está em praticamente todo o Estado. Não é uma região específica, é o Estado todo, com algumas áreas mais concentradas: o Vale do Itajaí, a região de Concórdia, um pouco o Planalto Norte e, na ponta, lá em cima, a ponta do extremo oeste com o Rio Grande do Sul. Mas ele está bem distribuído em todo o Estado de Santa Catarina. Aqui, já começando em nível de avaliação. Então, para entender melhor, 55% dos assentados do Crédito Fundiário, antes de adquirirem a terra do



financiamento, eram arrendatários. Mais da metade dos beneficiários exerciam a função, na atividade rural, como arrendatários, anteriormente. Meeiros e parceiros, somando os dois, mais 20%, nós teríamos próximo de 80% dos beneficiários: ou eram arrendatários, meeiros, parceiros; ou cessionários, que trabalhavam geralmente com o pai ou tinham um área com uma cessão de uso e tudo o mais. Outra condição que aparece aqui e não está estratificada é que a grande maioria é de filhos de agricultores que já viviam com os pais e adquiriram terra também. Aqui é o nível de idade dos beneficiários. Uma questão interessante: a média do contrato, das pessoas que contrataram, é de 39 anos, uma idade em um nível bom, quando nós estamos verificando no Estado, inclusive, um envelhecimento — como o Deputado Colatto conhece bem —, principalmente na agricultura familiar. Agora, a média de idade das pessoas que estão na família é de 28 anos. E o que mais nos chama a atenção: são 3,34 pessoas por família. São mais de 48 mil pessoas que adquiriram terras através de financiamento e que compõem as 14.546 famílias. Aqui o nível de escolaridade, de instrução. Nós percebemos um nível de escolaridade bastante baixo ainda. Quando adquiriram a terra, 54% tinha o 1º grau incompleto, sendo 16% com o 1º grau completo. Aí, começa já a crescer, o que é importante no nosso setor, no meio rural. E vem crescendo bastante, com uma influência muito forte no 2º grau, até em nível de faculdade. A gente percebe, inclusive no Crédito Fundiário, uma quantidade significativa de famílias, de filhos já com o nível de 3º grau completo. Aqui começa uma questão que nos chamou a atenção. Inclusive, eu que coordeno o programa no Estado fiquei surpreso com os resultados do programa no Estado, no campo econômico. O nível das famílias é inquestionável, pela quantidade de famílias. A área adquirida também. Agora, o que essas famílias estão produzindo é que nos chamou a atenção. Quando nós assentamos as pessoas, o valor da renda dessas famílias era de 22 mil reais, sendo esse valor corrigido em setembro do ano passado, atualizado monetariamente, de cada ano que foi contratado, a data encontrada, até setembro do ano passado. E a renda, em 2015, que foi em setembro baseada, era de 85 mil reais por família. Então nós tivemos um acréscimo de 285% de renda real das famílias. Outra questão importante é que a principal renda anterior, o que eles plantavam, era o fumo, o tabaco. Agora passou a ser o leite. O crescimento da atividade leiteira no Crédito Fundiário é significativo em



nosso Estado. Em segundo ainda continua o tabaco; e, em terceiro, o milho. Agora o que chama mais a atenção, olhando aqui, em nível de porcentagem, é a carne de aves, o aviário. O nosso sistema, em parceria com a agroindústria, foi de 7.800% de crescimento na produção de aves nos beneficiários do Crédito Fundiário. Depois, logo na frente, em uma lâmina, a gente vai perceber o porquê disto, desse crescimento importante, que vem com a carne de suínos, com a carne de aves e o leite em nosso Estado. O fumo, que era a principal atividade, praticamente estável; a outra, a cebola, praticamente só em uma região. Como ela está muito concentrada, fica negativa, porque a quantidade de beneficiários se amplia em todo o Estado. Uma questão, Deputado Colatto, para nós do Estado que nos chama a atenção e é importantíssima, porque ali é na família, é o rendimento da família. Agora, se olharmos para o Estado, o que isso impacta no Estado de Santa Catarina? No Instituto CEPA, anualmente, é feita a apuração da renda agropecuária de Santa Catarina. A nossa renda agropecuária do ano passado: 21 bilhões, a renda agropecuária. Somando todo o crédito fundiário, 1 bilhão 236 milhões de renda agropecuária, que é a renda, na propriedade, dos agricultores com o que produzem. Isso significa já 5,77% de toda a renda agropecuária de Santa Catarina. Então, nós não estamos falando só de famílias que estão indo para a propriedade, comprando a área ou coisa dessas. Nós estamos falando que mexe, já está mexendo, como se diz, mexendo o ponteiro em Santa Catarina. O Crédito Fundiário tem uma influência econômica de viabilidade muito importante no nosso Estado também. A próxima lâmina agora também é uma questão fantástica que poderíamos olhar como referência. A média de produção de renda por hectare, no nosso Estado, de toda a agropecuária de Santa Catarina, é de 3.544. Agora, quando nós vamos ver, no Crédito Fundiário, é de 6.923. Nós estamos produzindo riqueza o dobro por área no Crédito Fundiário do que de toda...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Ano! Isso é ano. Se se verificar, por que isso ocorre? Com o Crédito Fundiário, percebemos, naquela lamina anterior das atividades, que são atividades que têm um valor agregado muito forte, que é o leite, o tabaco, suínos, aves, cebola, banana, são atividades de grande densidade. Há outro fator importante aqui. Na pequena propriedade, se se olhar o Código Florestal,



a exigência de área de reserva legal e APP, incluindo elas, também diminui. Isso tem uma influência bastante forte. Nós vamos verificar depois, na utilização da área, logo à frente. Mas isso aqui é uma questão bastante interessante do nosso Estado. Significa que todas as áreas adquiridas pelo Crédito Fundiário em Santa Catarina têm uma utilização fortíssima de pessoas e econômica também. Econômica para as famílias, econômica para o Estado, e econômica para a utilização da área da mesma forma. Aqui é aquilo que nós falamos da utilização da terra. Começa a surgir já um problema importante no nosso Estado no Crédito Fundiário. Nós financiamos 12,28 hectares por família. Agora, na utilização dos beneficiários do crédito fundiário, já estão utilizando 13,59 hectares. Nós já estamos arrendando, em média, 1,31 hectare de área, fora aquilo que foi adquirido. A área adquirida está sendo menor. Já ampliou a atividade, e a área não comporta mais atividades. Então, ele está indo para fora, inclusive arrendar a área, para ampliar sua atividade. É um problema, que começa a aparecer, interessante. É um problema bom. Esses são os bons problemas que surgem. O agricultor que foi assentado vem crescendo, vem se desenvolvendo, vem produzindo, e a área que ele adquiriu já é pequena para que ele possa ampliar a sua atividade, e está buscando uma área fora. Isso tem um impacto. São 19 mil hectares de área arrendada de terceiros para continuar a atividade e ampliar sua atividade no Crédito Fundiário. Então, aqui é a distribuição de como está a média da utilização das áreas em cada Estado. A pastagem é significativa. Isto aqui — 3 hectares de pastagem, com o sistema hoje utilizado, com alta tecnologia que os beneficiários utilizam, e, com certeza, trabalham aqui de 12 a 15 matrizes ou até mais de leite, geralmente é mais — tem um impacto econômico muito forte. E 7,9 de área útil, que ele utiliza para outras atividades: milho, feijão, soja, enfim, banana e outras tantas. Se juntarmos a área de preservação, 1.57, mais a área de capoeira, isso vai dar em torno de 22% da área que é de reserva e preservação, inclusive da propriedade. Aqui, já em nível de avaliação do beneficiário. O que ele está dizendo? Isso é o que o beneficiário, o agricultor lá assentado, como ele vê, na avaliação dele, o programa no Estado. Noventa e cinco por cento dos beneficiários disseram: *“Aumentou a renda da família”*. E, mais importante, 99% deles estão dizendo: *“Além de ter aumentado a renda, está entrando dinheiro, renda mais periódica, quase que mensalmente, na propriedade”*.



Isso é um fator importante no programa e no desenvolvimento das famílias. Quem é agricultor sabe o que isso significa na vida do agricultor. E essa é uma lógica. Nós tomamos um cuidado enorme na análise dos projetos no Estado, porque ali que se define. E pensar que, na propriedade, possa ter atividade de entrada de renda de médio e de longo prazo ou anual, mas que tenha renda também, atividades na propriedade que tenham renda mensal, porque é o custeio da propriedade. É ali que vai... Precisa de um remédio, precisa do mercado, precisa de alguma coisa. Isto aqui que vai dar o suporte para ele: a entrada de renda regular. Na avaliação dele, como ele vê, analisa o crédito fundiário? Se olharmos os beneficiários como ligeiramente positivo, moderadamente positivo, bastante positivo e altamente positivo, mais de 95% deles diz: *“Olha, vale a pena! É bom! Está servindo. Eu estou melhorando de vida. Eu estou crescendo”*. Então, isso é dito por eles nas entrevistas dos pesquisadores. Aqui, além dos recursos da compra da terra, que recursos ele está utilizando para investimento na propriedade? Trinta e nove por cento diz: *“Eu usei o dinheiro próprio”*. Ou está ampliando a atividade, buscando dinheiro próprio de terceiros, do PRONAF A, que contrata logo em seguida à compra da terra. As cooperativas de crédito aqui é uma questão interessante, que vem crescendo forte no Crédito Fundiário, nos investimentos, principalmente de... Aqui, provavelmente das cooperativas, está vinculado ao PRONAF. Não estratificamos essa questão, mas há uma tendência muito grande de as cooperativas estarem no PRONAF. E aqui, agora começando, na avaliação dele, o que ele olha como dificuldade. As principais dificuldades que ele verifica é a falta de dinheiro para investir ainda. Segundo, a falta de mão de obra. Começa a aparecer uma questão importante já nos beneficiários do Crédito Fundiário: é mão de obra. E, terceiro, a área insuficiente, que, inclusive, bate com aquela questão anterior que ele está alugando a área, emprestando, arrendando, para ampliar sua atividade. Aqui ele já aponta que a área também é uma questão, para a atividade a área é insuficiente. Isso é importante para nós, nas próximas contratações. Agora estamos avaliando. Isso tudo tem que ser levado em consideração na continuidade do programa. Avançando, as principais vantagens: principalmente aumento de renda, como já dito; aumento da produtividade; e melhor aproveitamento da mão de obra. Aqui é uma questão que a gente traz que é extremamente importante e que trouxe a principal credibilidade ao



programa no Estado. Nós falamos do que tem de bom, e os resultados positivos, extraordinários. Isso aqui está considerado, incluído na contagem. Se tirarmos isto fora, essa questão que é importante fora, aquelas rendas, aquela qualidade vai ampliar, e muito, em percentagem. Então, os 14.546 contratos nossos no Estado, o que ocorre? A UTE, a Unidade Técnica Estadual, lá da Secretaria... através da Unidade Técnica, nós fazemos um relatório técnico, um técnico vai a cada propriedade, em todas. Em 100% das propriedades é feito um relatório técnico de como se encontra o beneficiário na propriedade. Se ele existe, se ele está lá, se ele está produzindo, se ele mora lá, enfim, é feito um relatório técnico. Dois mil quinhentos e cinquenta e seis deles venderam, contrato de gaveta, abandonaram, enfim. Chegamos a descobrir gente morando na Europa. Então, 2.556 estão com irregularidade. Estavam, hoje não estão mais. É um índice de 15% deles que estamos com problema, tivemos problemas no Estado. Quais os encaminhamentos tomados até então? Acho que isso tem moralizado e cada dia moraliza mais o programa no Estado de Santa Catarina. Em 2012, saiu a Instrução Normativa nº 1, como proceder nesses casos. Imediatamente, nós começamos a agir em cima dela. Então, nós fizemos uma notificação, primeiro administrativa. Nós o comunicamos, foi o técnico da EPAGRI, o Presidente do Sindicato, o Presidente do Conselho, os três juntos à propriedade e disseram: "*Meu amigo, como é que a gente resolve isso aqui?*" E aí, como não havia resolução, porque às vezes não havia como solucionar, nós em seguida dávamos um prazo de 90 dias para ele resolver. Em seguida, nós fazíamos uma notificação oficialmente, o *Diário Oficial* oficiando, dando mais um prazo de 90 dias para resolver a situação dele. Não resolvendo, instauramos o processo administrativo e encaminhamos ao banco — nós já encaminhamos ao banco 1.485 contratos para antecipação de dívida. Encaminhados, o banco vai lá, notifica e dá um prazo de 90 dias para ele quitar a conta dele. Aí não é pagar parcelas só, é pagar todo o contrato. Desses 1.485, 93 resolveram o problema, voltaram para a propriedade, estão produzindo e é isto o que nós queremos. Nós queremos que regularize mesmo; 1.111 foram ao banco e quitaram; e 281 estão em processo de tramitação ainda. Nós já fizemos a notificação agora oficial de 532, que estão no período de 90 dias para defesa, para regularizar e tudo mais. Dentro disso todo há outras questões também com problemas, com providências tomadas em



cada uma delas, do programa no Estado de Santa Catarina, na comunidade, no Município, a favor do programa extraordinário, porque se está exterminando com aquela questão: *“O meu vizinho abandonou, não está fazendo correto, e eu tenho que cumprir rigorosamente.”* Agora, com isso aqui, pessoal: *“Opa, eu vou cuidar, porque se eu não cuidar da minha parte também eu entro na mesma situação que os demais...”* Esse era um fator que faltava e que é importante no Estado. Aqui, alguns entraves nossos e algumas sugestões. Nós temos um problema sério no programa no Estado: é a limitação do financiamento em 80 mil reais. Em Santa Catarina, as áreas... Quem conhece um pouco o Estado — não é Deputado? —, a sua região mais ainda, com 80 mil, dá para comprar... Se tu quiseres comprar uma área adequada para o crédito fundiário... Se comprar com esse valor, compra uma área ruim que não viabiliza o projeto. Então, este valor de 80 mil está muito abaixo da realidade do nosso Estado. Ele precisa ser revisto para que possamos... Como o crédito fundiário é um regramento único para o Brasil — se olhar alguns Estados, 80 mil reais é um valor bastante significativo —, teríamos que pensar um regramento que não fosse único para o País e que pudessem ser discutidas as realidades de cada Estado. Em Santa Catarina, há uma questão importante, que nós estamos priorizando agora, queremos priorizar. Santa Catarina está com um pouco mais de 38 mil famílias em cujas propriedades, pequenas propriedades, há casais com mais de 50 anos e que não tem nenhum sucessor. Isto significa que, olhando 15 anos para frente, pelo menos 38 mil propriedades deixarão de existir. Algum vizinho vai comprar essa terra, ou alguém da cidade comprará essa terra. E esta é uma estratégia para o Estado, que não é só econômica, neste momento, de manter gente no campo. Para o Estado de Santa Catarina é estratégico — inclusive, estivemos discutindo com o Governador como agir com mais intensidade em relação a essa questão. O que nós temos que provocar é o filho do agricultor a adquirir essa área, ou um neto, ou um sobrinho, a adquirir essa área. E, hoje, o nosso regramento não permite, permite só pós-morte. Então, é um ajuste necessário do regramento para que esses filhos... E vai ser essa área, se um filho dele, um neto, um sobrinho comprá-la, é que vai ter sucesso. Por quê? Porque essa área vai ser comprada mais barato do que ela vale. Segundo, vai ter o cuidado da família toda, não vai ter problema porque tem um pouco da história da família, da convivência, essa coisa



toda. E, se por acaso der errado, como essa área vale mais, o Estado também não corre risco de ter prejuízo. Ela vai ser penhorada, fica penhorada para com o programa. E aí nós temos — a Raquel conhece bem isso aqui, não é Raquel? — que rediscutir todo o processo de controle e monitoramento dos sistemas. Imagine o que acontece em Santa Catarina: 14 mil contratos na prateleira e administrar isso quase que manualmente? Imagine o que significam 2.200 contratos com poucas pessoas para gerenciar processos dessa natureza quase que manualmente? É desumano para as pessoas que lá trabalham. Vamos andar um pouco aqui rápido, passando. Então, no crédito fundiário, algumas questões de entraves... Algumas sugestões que eu já fui elencando. Acho que uma saída extremamente interessante, e acho que vale a pena o Parlamento discutir isso também, e nós nos dispomos a fazer essa discussão... Já temos feito, na antiga MDA/SRA, para Santa Catarina, e Rondônia também está no mesmo nível de discussão... Eu acho que uma saída seria — os Estados têm os fundos estaduais — repassar os recursos do Fundo Nacional para os fundos estaduais e contratar no normativo dos fundos estaduais, e os Estados entram como segurança da garantia com a União. O risco ficaria para os Estados. Em Santa Catarina, nós estamos com a proposta já criada, estamos querendo negociar, no sentido... E o Estado assumirá o risco todo, e repassaria, inclusive, para os agricultores, o financiamento de... Eu acho que é uma questão importante a ser debatida. Ampliação dos valores de financiamento, priorizar da sucessão rural, numa estratégia... Eu estou olhando aqui Santa Catarina. Não estou falando de Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Hilário, perdoe-me a intromissão. Estás sugerindo, na descentralização, que o Parlamento faça uma legislação para isso?

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Existe a Legislação 093, que foi modificada no ano retrasado e no ano passado. Tem dificuldade o jurídico, tanto o da SRA quanto o nosso, em relação à forma de repasse. E eu acho que aqui caberia um projeto de lei dos Deputados, inclusive para pacificar esse processo e permitir que os Estados possam, em convênios ou nos repasses... Não sei, aí, teria que verificar legalmente o marco regulatório que nos permitisse fazer isso. Eu acho que essa seria uma sacada de fortalecimento. Com isso, estaria garantido envolvimento dos Estados.



Estou falando aqui de Santa Catarina que está fazendo. Por quê? Porque nós assumimos um compromisso com o programa. Porque os Estados aqui... O que acontece? Como o dinheiro é da União, a gestão é do Estado e o risco é da União, o Estado também: *"Bom, se der certo, deu. Se não deu, deixa para lá"*. E, aí, não se consegue avançar mais; e, aí, o prejuízo não é só para o agricultor, é para o agricultor, para o programa e para tudo mais. Também aqui tem que mudar a lei. Junto com isso, priorizar a sucessão rural... A lei foi aprovada, na sucessão, mas pós-morte. Na 093, houve uma mudança, ano passado: permite a contratação aqui pós-morte. Agora, o seguinte: 70 anos de idade, um casal, morre alguém na propriedade... Os filhos já estão na cidade, já estão, já foram para lá. Ele não vai mais adquirir essa área, porque ele já foi. Se nós conseguirmos fazer isso em vida ainda, o filho vai comprar essa terra do pai, ou o sobrinho, seja quem for, vai comprar aquela terra. Comprando a terra, os pais poderão viver na propriedade com ele. Nós temos casos do fundo estadual fantásticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Usufruto?

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Exatamente, o usufruto. Não, pode até herança, o poder de herança. Os demais herdeiros autorizam, abrem mão da herança, e o filho assume o compromisso, compra a terra do pai e toca o barco. São mais 25, 30 anos que essa propriedade vai continuar na atividade, crescendo e produzindo riqueza e tudo mais. São duas questões extremamente importantes e interligadas, praticamente, uma com a outra. E uma questão que não está vinculada: já é uma decisão nossa, que discutimos no Estado, a partir de agora, todo beneficiário que for contratar crédito fundiário, obrigatoriamente, vai ter que passar por um curso de empreendedorismo do SENAR ou do EPAGRI. Aí, ele faz um projeto para contratação e, terminado o curso, ele vai refazer o projeto de viabilidade econômica, porque, daí, ele, junto com os técnicos do EPAGRI, no curso que ele vai fazer, que é fantástico, ou do SENAR, vai desenvolvendo o plano de negócio e ele vai ver. Aí, nós vamos entrar com os programas de Estado, financiando a viabilidade daquele empreendimento ou atividade que ele venha a desenvolver. Esta é uma questão que não precisa de lei, mas funciona como uma orientação no programa de viabilidade extraordinária. Nós temos que pensar não só nos assentamentos, mas em assentar as pessoas, as famílias, e elas terem um resultado de sucesso na



propriedade. Eu vou deixar aqui nos arquivos, mas esta é a nossa proposta, a de Santa Catarina, da descentralização do fundo estadual. Repassando, a proposta é que o dinheiro do fundo nacional venha, nas mesmas condições, para o Estado. O Estado o repassaria para os beneficiários, sem cobrar juros, e transformaria em equivalência-produto. Ele vai devolver para o Estado tantas sacas de milho, de feijão, de soja ou seja lá do que for que ele vai produzir na propriedade. Isso já está, inclusive, definido e já funciona desde 83, o fundo estadual. E a nossa proposta é 140 mil por propriedade. Aqui, eu tomei o cuidado de ler com atenção todo o relatório, aqui entrando na reforma agrária, que é objeto, inclusive, desta CPI. Eu tomei o cuidado de fazer uma leitura, com atenção, do relatório do Tribunal de Contas da União. E, aí, acho que tem algumas questões que precisam ser avaliadas e estudadas por esta CPI, inclusive. Aqui, estratificando um pouco, é o número de contratações com irregularidades antes da contratação, sem informação, irregularidades pós-contratação. Aqui está incluído o servidor público, o empresário, maus antecedentes e os moram fora do estado. E tem outras que também aparecem — são 157 mil, somando todas elas —, que são aposentados, mandatos, falecidos, renda superior a três salários mínimos, portador deficiência física ou mental e mora fora do imóvel. Eu acho que são questões que se precisa estratificar nessa questão do Tribunal de Contas da União, porque eu acho que o cidadão, não dá para considerá-lo como irregular se ele se aposentou no meio rural. Significa que o cidadão que está no meio rural não poderá se aposentar!? Com mandatos de Vereador, até de Prefeito, ou de representantes de sindicatos... A atividade que ele desenvolve e a vida que ele desenvolve... Nós não podemos... Ele continua com a atividade dele. Se ele estiver irregular na atividade, sim. Mas, se ele exerce as suas atividades, precisa ser estratificada e melhorada essa questão. Como aqui tem algumas questões também. Empresário depende do tipo de enquadramento de empreendimento em que ele esteja, pode ser uma cooperativa, pode ser... Aquilo faz parte, inclusive, do empreendimento e da atividade que ele desenvolve e tudo mais. Servidor público no interior... Aparece demais, gente, isso aqui! A mulher ou coisa parecida serve de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - De agente comunitária...



O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - ... de agente comunitária, coisas dessa natureza, e precisa ser considerada. Eu não estou dizendo que todas são, mas algumas questões precisam ser olhadas com atenção. Eu aqui, inclusive, proponho algumas questões importantes, até pela minha experiência, o tempo e a minha vida toda, que estava muito correlacionada com isso, com a questão agrária também. Eu acho que caberia, como sugestão para ser avaliada, inclusive, por esta Comissão, verificar os lotes — esta é uma sugestão — que tem mais de 10 anos, que a lei determina e tudo mais, que estão regulares. Eu acho que o caminho é a emancipação deles. Inclusive, nós estamos com uma proposta... Em Santa Catarina, já temos um termo de cooperação técnica da Secretaria da Agricultura com o INCRA. Nós vamos testá-lo em 400 lotes lá em Abelardo Luz. O Estado vai fazer o georreferenciamento das áreas, de toda a área e dos lotes individuais, para que o INCRA possa emancipá-los. Não sei agora, com a mudança que teve, como é que vai se comportar isso. Mas, este ano ainda, nós vamos fazer o georreferenciamento dessas áreas. O Estado vai fazê-lo, sem custo para o INCRA e sem custo para os beneficiários. Aí, eu acho que caberia excluir do relatório os beneficiários que estão em conformidade com o regramento, aquilo que nós falamos antes. Não dá para dizer que todos são isso, todos são aquilo, mas tem que verificar um a um, como nós fizemos no crédito fundiário. O relatório vai verificar um a um, e os que estiverem regulares, vamos emancipá-los; os que não estiverem, vamos agir de outra forma. Aí, outra questão: se no lote estiver um agricultor que está — não é o assentado — na atividade, que se enquadra no programa, vamos regularizá-lo. Ele pode não estar regular, mas é um agricultor familiar, ele produz, ele vive ali e tal e coisa. Por que não vamos regularizá-lo? É a chamada assunção de dívida.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - É exatamente isto. E nós utilizamos a assunção de dívida no crédito fundiário e aqui. Agora, nos demais, não tem jeito. A área é da União, e, se a área é da União, eu acho que cabe a retomada dessa área, e vamos assentar outro trabalhador, outro agricultor que se enquadre no programa nessas áreas. Aí, vamos imaginar 150, 200 mil lotes dessa natureza. Nós não temos esse tanto de acampados. Por fim, na área que também está complementada, não está muito relacionado com o que se discute nesta CPI, seria a regularização



fundiária. Aqui, eu deixo só por escrito, e o compadre Urbano, que coordena um pouco esse programa também... E, aí, Colatto, nós inclusive estamos estudando e já conversamos um pouco sobre isso, nós vamos até quatro módulos fiscais. A Lei nº 10.267 exige o georreferenciamento. Agora, por que eu tenho que ir lá se não há problema nenhum, conflito nenhum entre as partes? E nós só vamos organizar pequenas propriedades do Brasil, principalmente da Região Centro-Sul do Brasil. As propriedades foram medidas no cordão, no passo, no cipó, na corda e na pedra tal, do palanque tal, e assim por diante. Vamos oficializar isso. E, para oficializar, não precisa ir lá por um aparelho em cima. Se eu fizer isso usando o mapa aerofotogramétrico nosso, de comum acordo entre as partes, emitindo as peças técnicas acordadas entre as partes, todas, fechando um mosaico fundiário, por que eu tenho que gastar 1.500, 2 mil, 3 mil reais para fazer essa atividade que é de responsabilidade do Estado? O Estado não dá conta, e os agricultores terão que pagá-la se eles quiserem acessar algum crédito, alguma coisa dessa natureza. Criaria um custo, Deputado... Se não precisar certificar esses pontos, a gente consegue fazer em média 12 reais por hectare, Deputado. Dá para fazer com 12 reais por hectare, e nós estamos dispostos a fazer. Em Santa Catarina, o Governador e o Secretário Sopelsa já nos autorizaram a fazer. Com 150 milhões de reais, nós fechamos as 374 mil propriedades do Estado, fechamos o mosaico fundiário. Isso vale para Santa Catarina como valeria para todos os Estados. Se houver conflito, é outra história. Aí, resolve-se o conflito. Aí, as áreas acima de quatro módulos têm que cumprir o regramento, tudo bem. Mas, em Santa Catarina, 96% das propriedades do Estado se resolveriam por aqui, com um custo baixíssimo. Finalizando, eu gostaria de ter só 4min30seg para mostrar um vídeo. Nós estamos produzindo um documentário, em Santa Catarina, sobre crédito fundiário. Aí, é aleatório. Podemos selecionar qualquer uma delas. Cada vídeo é um documentário por atividades. Aqui é um produtor de leite e peixe, a história dele, como isso se reproduz em centenas, aliás, em milhares de pessoas em nosso Estado.

(Exibição de vídeo. Palmas.)

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nós vamos passar a palavra, por 30 minutos, ao Deputado Valdir Colatto, o Relator, mas antes, até



porque são apenas dois Parlamentares, vamos fazer algumas considerações intermediárias sobre a natureza dessa proposta para uma solução que pode, com alguns ajustes, ser referência nacional.

Os critérios para alocação das famílias me pareceram uma questão importantíssima: colocar a pessoa que já tinha vocação com a terra, que já era arrendatário, que era filho de produtor, que era produtor pequeno, que era meeiro, porque uma das questões importantes para nós é alocar as pessoas a partir de um critério para ocupação.

Existe um critério que é o da proximidade, as pessoas já estarem mais próximas. Não é lógico pegar uma pessoa que está a mil quilômetros de distância e colocá-la onde ela não conhece ninguém e deixar o cidadão que está a 2 quilômetros de distância sem terra para plantar. Não há lógica nesse processo: a pessoa não tem grau de parentesco, não tem familiaridade, não tem sociedade. Há uma série de questões importantíssimas para proteção deles e até para se ajudarem entre si. Isto é importante para todos nós. Então, queria parabenizar Santa Catarina.

E eu fiz a conta, logo depois que o senhor falou da renda: 85 mil reais ao ano, em 12,8 hectares, isso dá 7 mil reais brutos por mês — em 12 hectares. Imagina uma pessoa que está na colônia, que produz quase tudo o que come, receber por mês 7 mil reais de renda bruta. E é claro que agora, já conseguindo agregar valor e arrendar a terra fora, eles certamente estão com maior valor do que esse já registrado. Então, queria parabenizá-lo.

Quando nós formos fazer a relatoria, ao final da CPI, haverá um processo que é o de investigação, no qual vão aparecer todas as irregularidades que possam ser denunciadas, mas haverá outro, que é o da política agrária que queremos trabalhar, inclusive com as contribuições de legislação como essa que o senhor sugeriu, para que se possa fazer uma política de estado para a reforma agrária nacional.

A palavra está à disposição do Deputado Valdir Colatto, que vou deixar na condição de Relator e presidindo a reunião, porque só vou ali dar presença na Comissão Especial da Lei de Proteção ao Cultivar, da qual também sou membro, e já volto aqui.

Fiquem à vontade, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado, Sr. Presidente.



Eu estou aqui como Relator adjunto, substituindo o Deputado Nilson Leitão, que está presidindo a Comissão Especial da Lei de Proteção ao Cultivar, no Plenário 12.

Quero ressaltar a importância do seu depoimento, Sr. Hilário. Tinha certeza de que o senhor traria luzes à nossa Comissão, para buscarmos alternativas para a questão fundiária do Brasil, para a questão dos assentamentos.

Já conhecemos o crédito fundiário e o Banco da Terra — passamos pela Secretaria da Agricultura —, programa que deu certo e continuará dando certo, e agora está mais organizado, com o que V.Sa. tem feito. Com certeza, os números e os dados que trouxe, além das sugestões, mostram aqui uma proposta para que, na conclusão desta CPI, além das propostas legislativas que nós temos que fazer, nós possamos também apresentar uma proposta em relação à questão fundiária e de assentamentos em todo o Brasil.

Eu tenho várias perguntas que foram preparadas pela Consultoria e pelos Deputados, além das do relatório, quase 20 perguntas, mas pelo que ouvi da sua explanação, pelo que já explicou e pela didática da sua explanação, praticamente foram respondidas. Mas ainda tenho três ou quatro perguntas e peço a V.Sa. que responda pontualmente as que vou fazer.

V.Sa. trouxe alguns dados importantes sobre crédito fundiário: 168 mil hectares adquiridos, 14.546 famílias contempladas. Eu vi que muito poucos ficaram ainda inadimplentes pelos métodos que V.Sas. estão tendo de avaliação. Não estaria aí um modelo para nós fazermos uma avaliação nos assentamentos de reforma agrária pela falta de controle, de acompanhamento, de assistência técnica, enfim, em todas as preocupações que nós temos com os assentamentos da reforma agrária?

Se implantássemos esse sistema, nós não resolveríamos nem a produtividade dos assentamentos de reforma agrária? Dados apontam que em torno de 70% das famílias, aliás, 50% a 70% dos indígenas ainda recebem Bolsa Família nos assentamentos de reforma agrária. Eu não ouvi V.Sa. falar que existe esse problema com o fundo de terra. Então, o pessoal produz. Está aqui o exemplo mostrado, realmente está dando certo, o pessoal tem tradição, é da agricultura, recebe os lotes e produz.



Chamou-me a atenção a troca do tabaco pelo leite. Nós estamos perseguindo isso há muito tempo, fazer uma compensação pela troca do tabaco — acho isso importante — e também aves.

Em relação a aves, em Santa Catarina principalmente, há parcerias. Particularmente, em Abelardo Luz, onde está um dos maiores assentamentos de Santa Catarina, temos a proposta da cooperativa Aurora de instalar mais de cem aviários nos assentamentos de reforma agrária. Não está sendo possível porque, apesar de esses agricultores já estarem assentados há 30 anos, ainda não lhes foi dado o título definitivo. Portanto, não podem ter acesso ao crédito, não podem ter acesso ao banco.

Não seria esse o trabalho de V.Sas. na regularização? Eu acho que é uma maneira de avançar nesse processo, para que realmente se tenha condições de levar mais renda a esses produtores e resolver o problema dos assentamentos de reforma agrária que foi mencionado na AGU, em termos de Brasil, e Santa Catarina não é diferente.

Eu queria que V.Sa. comentasse alguma coisa sobre essas questões.

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - A questão de avaliação depende muito, na verdade, de ter um posicionamento, Deputado. Pode não se ter toda a segurança. Talvez seja um caminho. Poderá ser utilizada a metodologia ou a experiência e ser migrado também para outros programas dessa natureza, porque teria que pensar no programa em si, como é que ele se comporta, qual é a sua origem, a sua história. Minha vida toda vêm da CONTAG — o Urbano era Presidente e eu, tesoureiro, à época da CONTAG. Essa era uma das nossas bandeiras de luta; sempre foi e continua sendo: a reforma agrária e o crédito fundiário, como política de complementação à reforma agrária. A regularização fundiária também é, porque ali estão as áreas irregulares para serem regularizadas. Como exemplo, e o Deputado Colatto conhece um pouco o Planalto Serrano, vários Municípios estão com mais de 50% de áreas irregulares. Nós estamos fazendo a regularização dessas áreas agora. Quando o agricultor recebe o título, na mão, da regularização é a mesma coisa ou até mais emocionante do que quando ele compra a terra. Ele vai passar a ter acesso ao crédito, acesso à assistência técnica, acesso à pesquisa e vai desenvolver a sua atividade. Não ficam aquelas propriedades quase que



abandonadas. Então, tem que estar meio junto nesse processo, pensando... Como nós pensamos a política agrária neste País e de reforma agrária, eu entendo um pouco nessa linha: que se possa regularizar as áreas existentes, que se possa assentar as famílias. E aí a questão que caberia na avaliação, Deputado: teria que iniciar antes. Vamos imaginar um daqueles assentamentos de Abelardo Luz ou de Ponte Alta. Se na hora do assentamento — duas coisas importantes —, pudéssemos desenvolver um projeto e um plano de negócio de viabilidade... Vão-se desenvolver atividades viáveis e não meramente um assentamento, quase uma favelização, que ocorre muito nos assentamentos. Desenvolve-se esse plano e, a partir dali, uma parceria do Governo Federal com os Governos Estaduais incluindo assistência técnica, acesso à informação, aos programas de Estado, medidas suplementares e complementares ao programa, para que se possa ter viabilidade. E aí criaríamos metodologias de avaliação. Por quê? Porque aqui é individual. Existe essa metodologia e uma peculiaridade no Estado, o EPAGRI, que atua em todos os Municípios e que facilita a nossa vida. Como é um assentamento, poderíamos criar metodologias de avaliação e de resultado. Poderá ser o mesmo critério. Não estou dizendo que não sirva, poderá servir, agora teria que ajustá-lo de acordo com o que se estivesse pensando ali. Na segunda questão, o senhor aponta, Deputado, suínos e aves. Quando eu citei os 5,77% de toda a renda agropecuária de Santa Catarina no crédito fundiário, se nós levarmos em consideração suínos e aves, essa renda vai para 7,2%, porque um avicultor, quando ele entrega um frango para a empresa, para a integradora, recebe, e está computado aqui, em média, 5.423 reais, enquanto aquele frango vale quase 40 mil. Quando ele vende um porco, o valor que ele recebe para engordar o porco é 23 reais em média, mas o porco vale 350 reais. Então, se se considerar inclusive o valor econômico que aquela atividade está tendo, em vez de 5,77%, vai chegar a 7,2%. Isto é importante, e há um interesse muito grande, porque se percebe o crescimento do crédito fundiário para a reforma agrária e para os assentamentos. Poderá ser uma alternativa importante para a produção, porque ao produzir suínos e aves nesses assentamentos vai se ter outro insumo importante, o adubo. Pode-se desenvolver outras atividades sem precisar ir ao mercado buscar adubo para melhorar a atividade. Cria-se uma sustentabilidade em torno do negócio, seja integrado ou não. Por fim, sobre a emancipação, se quiser



desenvolver os projetos de assentamento, o primeiro passo agora é emancipá-los. Sei que isto é um tema polêmico no Brasil, dentro dos movimentos, inclusive na entidade da qual faço parte. Enquanto ficar o assentamento subordinado a A ou B ou C, como é... Assentamento de fulano, assentamento de sicrano, enquanto nós ficarmos nessa situação, eu não acredito muito numa solução. Eu acho que tem que criar certa autonomia e independência dos assentamentos, claro, com controle e tudo mais, para que também não seja simplesmente transformado em uma compra e venda. Tem que haver critérios. Eu só queria terminar aqui. Eu não tinha feito esse comentário, mas nós estamos tocando esse programa em Santa Catarina. Só para entender, são 14.546 no crédito fundiário e 12 pessoas trabalhando. Todo esse controle, monitoramento, execução...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Quantos assentados tem em Santa Catarina pela reforma agrária? O senhor tem esse número?

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Eu olhei os dados do SIR — Sistema de Informações Rurais. São 7 mil, quase 8 mil, eu não me lembro bem agora, pelo SIR, mas assentados acho que não chegam a 5 mil, o que está na ATER — Assistência Técnica e Extensão Rural. A nossa estrutura na UTE — Unidade Técnica Estadual é 12 pessoas. Nós tocamos todo esse controle, monitoramento, execução, avaliação. Claro, nós temos uma peculiaridade que precisa ser levada em consideração, que, em cada Município, nós temos um técnico do EPAGRI, que faz nosso trabalho de avaliação de projetos e tudo o mais. Mas para fazer toda a execução e controle, nós fizemos na UTE, com esse quadro de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Muito bem.

Outra pergunta. Claro, que o processo que o senhor está falando se baseia numa questão chamada regras de seleção, regras do que vai se fazer nesse projeto, o que precisa fazer para esse projeto ser viabilizado. Muitas vezes uma terra é improdutiva e não tem nada a ver com a realidade, ou com a economia, ou com a tradição da região.

O senhor não acha que essa situação dos assentamentos de reforma agrária se dá exatamente por que não se cumpre a regra do jogo? Há normas, leis, para se cumprir na escolha dos beneficiários, dentre as características que têm que estar dentro da lei. E hoje se sabe muito bem que é o MST que coordena isso, quem vai



entrar ou não entrar, principalmente nas invasões de terra, sem passar pelo crivo do INCRA, que seria o órgão que selecionaria as pessoas que se enquadram dentro de ter outra propriedade, de ser agricultor e todas aquelas características. Não é aí que está o problema dos assentamentos? Levar para os assentamentos pessoas que não são agricultores e não têm nada a ver com isso e vão lá simplesmente porque deu a oportunidade de ter uma área de terra ou ser protegido por um programa de Governo?

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Em parte, sim. Agora também tem essa questão e tem a segunda: a seleção dos que vão para a terra e muitas vezes não têm, como se diz, não tem vínculo, vocação, e não adianta. Qualquer atividade econômica e social que vai se desenvolver, se você não tiver vocação, não dá certo. Tanto que os negócios — não é só na área rural, mas na área urbana também — que não dão certo muitos também estão correlacionados a essa questão também. Então, essa questão da vocação é forte. E nos assentamentos, principalmente o que a gente percebe, há uma quantidade grande de pessoas que estão indo para lá, que não tem essa vocação. Então, primeiro, é uma questão que entra na seleção que está correta. Segunda, a área... Têm muitas áreas. Quando nós olharmos o Abelardo Luz, é um filé mignon. Agora têm áreas que o pessoal vai indo para os assentamentos que não tem viabilidade. E aí, tem que começar a responsabilizar os técnicos do INCRA também e os técnicos que desenvolvem o projeto, porque é muito fácil eu dar um parecer de que aquela área é produtiva, aquela área é boa, e assentam cem famílias lá em cima e viram as costas e vão embora. E aí quem paga a conta, quem fica... São os assentados. Então, nós também temos que começar a pensar nessa questão de quem está elaborando os projetos, quem está assinando os projetos, e a corresponsabilidade deles também com os projetos. E responsabilizá-los também. O crédito fundiário funciona e dá certo por essa razão. Inclusive sabemos que têm Estados que têm dificuldades ao crédito fundiário também por essa razão. Não têm esse critério de *feedback* para poder funcionar. Então, eu acho que se nós quisermos pensar uma reforma agrária séria, um assentamento, seja da reforma agrária ou do crédito fundiário, nós teríamos que começar com isso, estudar um pouco...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Mas os assentamentos normalmente ou quase todos, a maioria, têm contratação de assistência técnica pelo Governo, cooperativas de assistência técnica, ONGs. Por que não funciona lá e funciona no fundo de terra?

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Aí tem que ver também... Geralmente, às vezes falta... Vamos imaginar nós, no Estado. Nós temos o EPAGRI, com uma experiência de 60 anos de conhecimento e tudo o mais. E o pessoal que está indo nessas cooperativas, geralmente os técnicos não têm experiência no ramo, não... A grande maioria. Inclusive começamos a ter problema no crédito fundiário, porque uma das entidades está credenciada, e ela começa a perceber que a qualidade fica no crédito fundiário também, e nós já estamos chamando elas para dizer: *“Meu amigo, vamos sentar aqui e vamos ver como nós vamos melhorar esse processo, porque nós não vamos aceitar o assentado do crédito fundiário que não tenha a mesma qualidade que os demais têm”*. Isso também... Para reforma agrária tem isso. E aí teria que... Acho que tem que repensar um pouco os convênios, as chamadas públicas de ATER. Não dá. As chamadas públicas, da forma que elas estão, não se viabilizam. Quem está executando vai desviar para poder executá-la, porque não atende, a qualificação de quem está sendo contratado nas chamadas públicas, porque hoje alguns critérios também estão comprometidos. E aí é preciso, bom... Essa entidade que está sendo credenciada, que está sendo contratada, tem viabilidade. E aí, se não tiver viabilidade e suporte de assistência técnica também tem que ter penalidades para isso. Então, isso nos assentamentos ocorre demais, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado.

Eu queria que o senhor me respondesse, Sr. Hilário, se existe alguma demanda do movimento dos sem-terra para adquirir lotes no Crédito Fundiário ou no Banco da Terra; se alguém foi procurar ou aceita esse programa, ou simplesmente ignora ou não aceita esse programa Banco da Terra.

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Não tem. Aí é uma questão... Não “tem”, entre aspas também. Se tiver que trabalhar... O pessoal que está ligado ao MST não faz crédito fundiário. Agora, se se vai à FETAESC, por exemplo, que também defende... O público da FETAESC faz crédito fundiário; a FETRAF faz crédito fundiário, que é



público também. Então, não “tem”, entre aspas. Se olharmos a dívida das entidades... Por exemplo, o MST e a Campesina, o movimento da Campesina, não defendem, não trabalham e não querem o Crédito Fundiário. E trabalham numa outra lógica. Agora, as outras entidades... E muito, grande parte... Isso aqui, os dois estão ligados à FETAESC, que é majoritária na contratação de mobilização, em nível de mobilização, e, segundo, a FETRAF, lá no Estado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Então, o crédito fundiário federal não passa todo pelo programa Fundo de Terras, do Estado de Santa Catarina? Há outras entidades que fazem aplicação?

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - Não, todos eles são coordenados por nós, todos. Todos os contratos são coordenadas por nós na UTE. A mobilização, sim, é das entidades. No Município, quem é que mobiliza o agricultor? O agricultor vai geralmente ou ao sindicato ou à EPAGRI — ou ao sindicato ou à EPAGRI. A mobilização é assim: cria-se a demanda, aí o sindicato preenche o pré-cadastro, o pré-projeto e a elegibilidade; feita a elegibilidade pelo sindicato, é encaminhada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento para aprovação do beneficiário — se se enquadra ou não se enquadra no programa; aí há todo o regramento. Feito isso é que a EPAGRI começa a desenvolver o projeto de viabilidade econômica. E, quando está ocorrido, vem para a UTE. Todos os projetos passam pela UTE, por nós lá, todos eles passam por nós. E aí tem uma equipe que avalia o projeto, a viabilidade do projeto, se está a documentação toda de acordo ou não está na etapa. E, além da análise interna nossa, tem uma câmara técnica que o aprova. Essa câmara é composta por 12 pessoas de diversas entidades. É o pente-fino, final, na aprovação de todos os projetos. Então, é possível passar alguns com desvios, mas é um pente-fino, é difícil de conseguir passar, principalmente no enquadramento. Nós temos três pessoas que fazem o enquadramento lá: o presidente do sindicato, o técnico da EPAGRI e o presidente do conselho. Um querer desviar até pode; agora, os três desviarem têm que estar comungados, não é? Eu acho que pode ocorrer alguns fatos, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Certo.

É a última pergunta, Sr. Presidente.



Eu queria que o senhor prestasse atenção a um texto que vou ler aqui. Depois eu vou fazer a pergunta. É um artigo sobre a avaliação dos programas de crédito fundiário do Banco Mundial do Brasil, publicado em 2006, no *site* do MST, que diz:

“Os projetos do Banco Mundial se contrapõem à reforma agrária baseada na função social da propriedade, como determina a Constituição brasileira. Esta política promove a compra e venda “negociada” da terra ou a contrarreforma agrária.

(...) Na medida em que o banco exige uma contrapartida dos governos, o orçamento do Estado fica comprometido com o financiamento de seus projetos.

Essa política tem se refletido no meio rural, onde o Banco Mundial concentra seus programas, promovendo a privatização do território através das regras do mercado.

(...)

No Brasil, a ideologia do banco passou a ter maior impacto no Governo FHC, que estabeleceu uma política agrária denominada “Novo Mundo Rural”, centrada basicamente em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra enquanto uma política social compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para Estados e Municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”, o que significa a compra e venda negociadas da terra.”

Pergunta: o crédito fundiário de Estado de Santa Catarina se enquadra nessas críticas do artigo em pauta — sim ou não? E por quê?

O SR. HILÁRIO GOTTSELIG - Não, não, não. Primeiro, a negociação é uma negociação do beneficiário e o vendedor da terra. Nós não intermediamos nenhuma negociação. Há uma relação contratual entre o vendedor da terra e o comprador. Feito o negócio, nós avaliamos — aí a gente faz uma avaliação de valores. O CEPA



nosso... o CEPA tem os estudos anuais de preço de terra, e aí a gente o utiliza como parâmetro. Se o preço tiver muito aquém, a gente pede um laudo técnico do Município, para que esse técnico diga que essa terra vale aquilo que está sendo pedido, porque pode ser uma área plana toda, um arrozeiro ou coisa parecida, que tenha valor. E é preciso pelo menos um embasamento. Então, primeiro, isso não é (*ininteligível*). E, segundo, é um mercado que eu não digo que é de reforma agrária do nosso Estado. Agora, pelo menos o programa de crédito fundiário é um programa que vem mantendo e poderá continuar mantendo equilibrada a questão fundiária do nosso Estado, da pequena propriedade. E aí... para o Estado de Santa Catarina, o crédito fundiário é decisivo, porque, quando nós vamos... Inclusive, por que é decisivo? Quando se fala da agricultura familiar no Brasil, fala-se em Santa Catarina — isso para o Brasil, e, se olhar fora do Brasil, também. Se nós não tomarmos cuidado, Santa Catarina começa a perder esse *status* da pequena propriedade, da agricultura familiar. Se olharmos 38 mil famílias em 15 anos, em mais 15 anos, esse valor, esse número vai ser multiplicado. E aí o *status* da pequena propriedade, do desenvolvimento econômico, da distribuição de renda, do equilíbrio social, da produção econômica, e tudo o mais do Estado, se começa a (*ininteligível*). Então, eu acho que nessa questão é importante que se leve em consideração para nós do Estado Santa Catarina a continuidade do crédito fundiário. Para nós, não cabe essa questão desse nível de avaliação de uma contrarreforma agrária, mas, sim, uma política de reordenamento e de ajuste, e de continuidade do equilíbrio agrário do nosso Estado, e a redução da concentração agrária inclusive no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado, Sr. Hilário. Parabéns pela explanação!

Eu acho que fica aqui, Sr. Presidente, a proposta de Santa Catarina para que nós tenhamos aí um novo tempo nessa questão fundiária do Brasil, acertando o planejamento, toda essa atividade que é feita lá com menos recursos com certeza, com bom uso do dinheiro público.

Obrigado.

Era o que tinha a dizer. Devolvo a Presidência ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado Colatto, Sub-Relator.



Queria agradecer ao Dr. Hilário a presença. Fica claro para nós que, quando o Estado brasileiro oportuniza, ou por crédito ou por outros programas, a possibilidade de alguém ter a terra para plantar, é claro que a sociedade inteira ofereceu a terra, e, como tal, ela tem que ter direito a cobrar resultado. Então, eu vejo que o programa de reforma agrária foi muito bem construído.

Agradeço ao senhor a presença, porque ela foi de grande valia para a estruturação do programa que faremos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 9 de junho de 2016, quinta-feira, às 9h30min, no Plenário 12, para tomada de depoimento do Sr. Wagner Mesquita de Oliveira.

Comunico ao proponente que, em virtude de termos feito vários contatos com o Sr. Wagner Mesquita, Delegado de Polícia Federal, Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná, que, na condição de convidado, não confirmou a presença, a reunião de amanhã ficará cancelada. Isto, para aqueles que querem sempre fazer requerimentos na forma de convite, é o prejuízo de convidar alguém, quando se quer tê-lo presente. Hoje não temos a confirmação de que virá amanhã, e não há como mantê-lo na pauta.

Dessa forma, damos por encerrada a presente reunião, com uma convocação, que será oportunamente comunicada, para as reuniões seguintes, da outra semana.

Agradeço muito ao Dr. Hilário a participação. Foi de riquíssimo conteúdo a sua participação. Esta Comissão certamente lhe pede permissão para uso desse material como instrumento de confecção da política nacional de reforma agrária que queremos propor ao País.

Obrigado.

Está encerrada a reunião.